

Brasileiros querem mudanças imediatas na área econômica

215

Heitor Augusto

Os brasileiros estão cansados com a situação econômica. Querem mudanças. E querem que o Governo divida com os políticos a responsabilidade pela adoção de medidas para acabar com a inflação. Não hesitam sequer em aceitar os sacrifícios "desde que sejam igualmente distribuídos por toda a população". Este é o resultado apurado em pesquisa pela Brasmart, após ouvir, no final da 1ª quinzena de setembro, mais de seis mil pessoas em 15 capitais brasileiras.

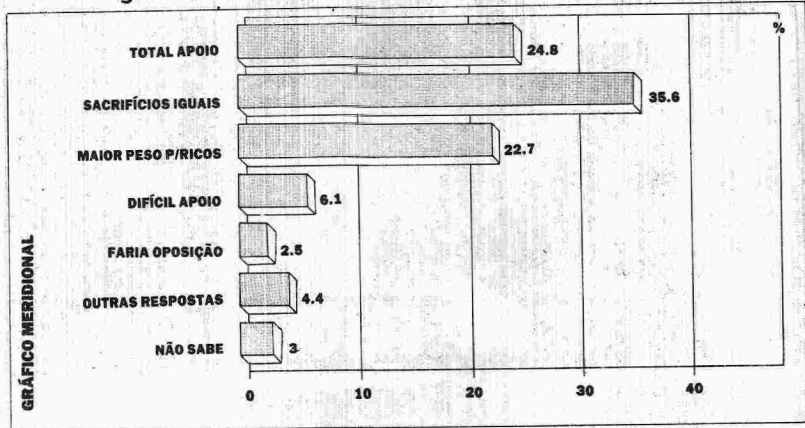
A maioria dos entrevistados - 82,9 por cento - espera um pacote de medidas em, no máximo, 30 dias. Concordam com a "pauleta" na inflação a que já se referiu o ministro Fernando Henrique Cardoso. Os pesquisados entendem que o Governo não deve assumir sozinho a responsabilidade - 37,7 por cento o admitem, mas 56,9 por cento acham que os políticos devem ser ouvidos sobre as medidas a tomar.

Os fatos, contudo, têm demonstrado um outro lado da mesma moeda. A sociedade recebeu, com muita insatisfação o novo Imposto Provisório sobre Movimentação Financeira (IPMF), uma matéria que foi votada no Congresso - inclusive com emenda constitucional - e viu-se atropelada no Supremo Tribunal Federal (STF). Os próprios organismos públicos, estados e municípios, iniciaram a oposição judicial, seguidos de instituições de classe de trabalhadores e empresários.

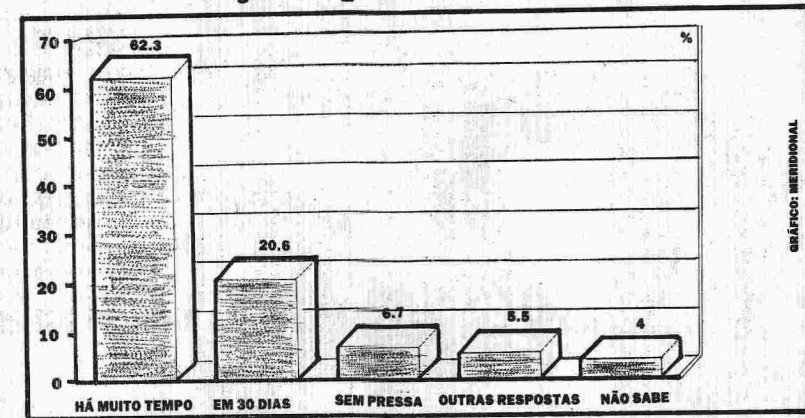
Sacrifícios - Ainda que as discussões políticas atrasem a "pauleta" que a maioria quer já (62,3 por cento, enquanto 20,6 por cento querem, mas com um pouco de calma, e 6,7 por cento que preferem deixar como está). É interessante ainda destacar que a pesquisa da Brasmart mostra que o povo está disposto a suportar sacrifícios, se as medidas a serem adotadas forem sérias e mostrarem condições de dar certo.

Só que aí fazem uma exigência prévia: dão apoio se o sacrifício for igual para todos (35,6 por cento), apóiam sem qualquer

Aceitação dos sacrifícios



Povo cobra ação rápida



condição (24,8 por cento) ou apóiam se o sacrifício for maior para quem tem mais (6,1 por cento). A tendência de que a população quer medidas duras confirma-se quando apenas 6,1 por cento asseguram que negariam apoio explícito a qualquer plano.

O trabalho da Brasmart foi desenvolvido em 15 capitais - Porto Alegre, Florianópolis, São Paulo, Rio de Janeiro, Belo Horizonte, Salvador, Recife, João Pessoa, Natal, Manaus, Porto Velho, Rio Branco, Cuiabá, Brasília e Macapá. Os pesquisadores sondaram pessoas de 16 a mais de 50 anos, com 1º grau completo (28,3 por cento), 2º grau, completo ou não (40,7 por cento), e de nível superior, completo ou não (30,9 por cento), quanto à renda, os ouvidos situam-se em faixas de até cinco salários mínimos (36,4 por cento), entre cinco e 10 salários mínimos (29,5 por cento),

entre 10 e 20 salários mínimos (18,8 por cento) e acima de 20 salários mínimos (15,2 por cento).

Belo Horizonte é a cidade mais ansiosa: 71,8 são a favor. Já em Brasília, não há tanta pressa: 44 por cento são a favor, mas 15,8 por cento preferem ir com calma. As mulheres também estão reclamando medidas enérgicas, com mais rapidez: 63,5 por cento, contra 61,3 por cento do público masculino. Em todas as faixas etárias a urgência é reclamada sempre por mais de 60 por cento dos entrevistados.

Pelo que se vê, a inflação é inimiga de todos, qualquer que seja a renda, o grau de instrução ou a idade. Mesmo bastante escaudada com tantos pacotes, - quase todos de triste memória - a população aceita mais um, desde que as medidas não deem apenas em água.

Implantação de âncora cambial gera expectativa

Bonança Mouteira

Rio (Meridional) — O mercado financeiro trabalhou, na semana passada, com a perspectiva de que o Governo irá utilizar o câmbio num programa de estabilização da economia. Com base nas recentes alterações introduzidas pelo Banco Central (BC) nas políticas cambial e monetária, os técnicos do mercado financeiro identificaram medidas que, em conjunto, sugerem a preparação do terreno para adoção de uma âncora cambial no curtíssimo prazo. Alguns chegaram a arriscar a virada do mês como o momento mais adequado.

O BC promoveu uma puxada nas taxas de juros praticadas no mercado interbancário ao mesmo tempo em que induziu a queda do ágio ao anunciar a unificação das cotações do dólar comercial e flutuante. O próprio presidente Itamar Franco, contrariando postura adotada até então, se mostrou conivente com o aumento dos juros.

Na avaliação do diretor do banco ABC Roma, Sérgio Raposo, o Governo passou a oferecer uma remuneração alta o suficiente para o cruzeiro real para inibir uma fuga de recursos para o dólar, diante da unificação das taxas e posterior unificação do câmbio. "Caso haja uma procura muito grande por dólares, uma eventual âncora cambial não traria resultados", explicou.

Ao analisar as perspectivas apontadas pelos técnicos do mercado, Sérgio Raposo disse que não acredita no sucesso de uma âncora cambial como processo de estabilização da economia. "A inflação precisa de medidas fortes combinadas, pois atualmente, os agentes econômicos têm mentalidade inflacionária", concluiu o diretor do banco ABC.

Os passos para a âncora cambial

1ª Etapa — O Governo anuncia a unificação das taxas cambiais preparando o caminho para o câmbio único — precondição para qualquer tentativa de utilizar o dólar em programas de estabilização. O Banco Central (BC) induz a queda do ágio através da venda de moeda no câmbio flutuante.

2ª Etapa — O BC, num processo simultâneo, força a elevação das taxas de juros com o objetivo de oferecer ao cruzeiro real uma remuneração bem mais alta que a inflação, suficiente para evitar a migração de recursos para o dólar as vésperas do anúncio de uma âncora cambial.

3ª Etapa — O Governo passa a segurar a taxa de câmbio diminuindo gradativamente o ritmo da correção cambial. Ao mesmo tempo, impõe reajustes abaixo da inflação e do câmbio para as tarifas públicas. O resultado é uma retração do custo de produção e de matéria-prima.

4ª Etapa — O Governo passa a administrar a retração mensal das taxas de inflação. Se concluir o processo antes da revisão constitucional, deverá utilizar possíveis resultados positivos para fazer aprovar as reformas que pretende.

Veja a variação do dólar

Ágio entre paralelo e oficial/comercial (em % ávida)		83	85	86	87	88	89	90	91	92	93
Anos	1991			Piano Cruzado	Piano Bresser		Piano Verão	Piano Collor I	Piano Collor II		
Meses											
Jan.	1,6	81,6	10,2	30,4	57,8	17,5	68,0	408,7	7,7	-2,2	7,5
Fev.	1,6	65,2	22,8	39,6	61,7	25,4	70,0	117,0	11,4	-1,9	8,8
Mar.	1,3	62,9	16,9	26,5	35,5	31,3	89,0	31,2	11,3	1,6	12,3
Abr.	14,3	38,5	13,5	46,0	31,7	31,0	135,5	44,4	13,8	7,7	12,5
Mai.	9,6	51,9	17,2	49,6	10,3	38,9	168,9	57,6	11,7	5,0	9,8
Jun.	19,8	65,8	21,2	51,0	24,5	40,3	120,5	42,6	11,1	7,9	8,4
Jul.	23,9	50,4	36,7	72,0	25,6	45,5	74,1	17,4	12,0	11,1	9,6
Ago.	20,8	75,9	34,2	66,2	22,0	63,1	67,4	13,7	12,3	11,1	8,8
S. e.	16,4	61,3	27,2	76,3	27,3	46,0	91,2	6,3	20,5	14,1	2,0
Out.	20,2	48,5	27,3	100,9	22,6	68,3	123,9	4,7	31,8	5,8	—
Nov.	36,2	25,8	35,8	100,8	22,6	65,0	84,6	12,4	8,3	10,6	—
Dez.	26,0	39,2	45,9	84,1	30,4	39,9	133,3	8,8	6,9	19,3	—
Média	18,0	55,6	25,7	62,0	31,0	44,4	101,4	38,7	13,2	7,5	8,9

Obs: Para o cálculo do ágio, foram utilizadas as cotações de venda dos dólares paralelo e comercial referentes ao dia útil de cada mês. Em setembro/93, foram utilizadas as cotações dos dólares paralelo e comercial referentes ao dia 24.

Fonte: ANDIMA

Unificação do câmbio ainda causa dúvidas

Três dias mais tarde, na sexta-feira, 17/9, o anúncio da decisão do Governo de unificar o câmbio dentro de um prazo não superou a 30 dias — posteriormente não confirmado — gerou uma confusão generalizada no mercado financeiro. A idéia de unificação do câmbio não é recente, mas a hipótese de ocorrer no curtíssimo prazo gerou um forte movimento especulativo, com os agentes econômicos tentando antecipar de que forma seria feita. A possibilidade de o Banco Central simplesmente unificar as taxas do comercial e do flutuante, fazendo com que todas as operações voltassem a ser reativadas via comercial, foi descartada, pois não só representaria um retrocesso no processo de liberalização iniciado com a criação do mercado de câmbio flutuante, como não reduziria o número de transações via paralelo.

Neste contexto, destaca a Associação Nacional das Instituições de Mercado Aberto (Andima), vale a pena ressaltar a distinção entre unificação e liberação. No caso da unificação, bastaria o Banco Central migrar todas as operações realizadas via flutuante para o comercial, voltando como no passado, à prática do câmbio centralizado. Poderia, ainda, migrar o mercado comercial para o flutuante, mas isso seria mais difícil, já que a movimentação financeira no mercado comercial é

sensivelmente superior à realidade de no flutuante. No caso da liberação comercial, o Banco Central estaria eliminando todas as restrições hoje existentes para as transações no mercado de câmbio, tornando-o livre.

Assim, os boatos mais conturantes levantavam a hipótese de a unificação do câmbio vir casada com a liberação cambial. Neste caso, com a liberdade de movimentos no mercado de câmbio, os negócios via mercado paralelo tenderiam a diminuir.

Pressão — As consequências de tantas especulações sobre os mercados de câmbio não poderiam ser outras: os detentores de posições vendidas no câmbio comercial se desfizeram delas, pressionando as cotações do dólar comercial, a pressão sobre o dólar foi ainda maior com o retorno dos investimentos estrangeiros, dada a proibição, pelo BC, para a aplicação em Fundos de Commodities, houve forte pressão vendedora no mercado flutuante, reduzindo o ágio frente ao comercial.

As Bolsas de Valores sofreram altas superiores a oito por cento no dia, influenciadas pelos boatos de que as medidas no câmbio viriam acompanhadas por um plano econômico, contendo prefixação de preços e redutor sobre as tarifas públicas, a exemplo do adotado nos salários, e houve total falta de consenso na compra de NTN.

Taxas de juros contra inflação

Dias	Rentabilidade Setembro		Mercado Futuro DI over		Mercado Futuro IGP-M		Mercado Futuro US\$ Comercial	
	BBC	DI over	Setembro	Outubro	Setembro	Outubro	Setembro	Outubro
1	35,63	35,63	36,52	37,69	34,33	—	34,88	34,26
2	35,83	35,63	36,30	37,47	34,14	—	34,80	—
3	36,64	35,62	36,28	37,10	34,18	—	34,78	39,15
6	35,67	35,67	36,48	36,81	34,20	—	34,83	35,52
8	35,79	35,86	36,82	37,67	34,46	—	36,30	35,92
9	35,92	36,06	36,87	38,08	34,93	—	35,30	36,15
10	36,02	36,14	36,82	38,04	35,13	—	35,33	36,00
13	36,11	36,19	36,79	38,16	35,11	—	35,39	36,37
14	36,20	36,31	36,95	38,47	35,26	—	35,45	36,92
15	36,28	36,42	36,86	38,18	35,27	—	35,31	36,60
16	36,36	36,46	36,83	37,82	34,72	—	35,26	36,20
17	36,42	36,52	36,88	37,70	34,63	—	36,35	36,18
20	36,57	36,77	37,27	38,19	34,95	—	35,49	36,44
21	36,73	36,98	37,38	38,54	35,30	—	35,55	36,66
22	36,85	37,06	37,46	38,49	35,69	—	35,76	36,44
23	36,06	37,18	37,50	38,60	35,88	—	35,76	36,67
24	37,05	37,27	37,44	38,41	35,78	—	35,60	36,53

Fonte ANDIMA

Brasil exporta 47% a mais para América Central

217

San José — As exportações do Brasil ao mercado centro-americano, excluindo o Panamá, aumentaram 47 por cento de janeiro a junho passado, comparado ao mesmo período de 1992, segundo dados oficiais divulgados nesta capital.

A embaixada do Brasil na Costa Rica informou que durante o primeiro semestre deste ano, o Brasil colocou na região central mercadorias calculadas em cerca de 125 milhões de dólares, enquanto que em 1992 registrou 84 milhões de dólares.

A Costa Rica continua na liderança como principal sócio comercial do Brasil na área e como país que mais aumentou em proporção no fluxo comercial com a nação brasileira, com compras no período de aproximadamente 53 milhões de dólares, 79 por cento a mais que no ano passado.

Honduras importou 19 milhões de dólares, 57 por cento a mais, enquanto El Salvador e Guatemala registram um aumento de 24 por cento em suas compras ao Brasil, com montantes de 12 milhões e 36 milhões de dólares, respectivamente.

A Nicarágua foi o país centro-americano que registrou menor fluxo comercial com a nação brasileira, com importações calculadas em 3,9 milhões de dólares, refletindo, dessa maneira, um aumento de 16,5 por cento.

Mercado atua com insegurança

O interesse das instituições financeiras se voltou para as NTN cambiais, pois, no caso da unificação, especulava-se sobre a possibilidade de o dólar comercial sair fortalecido.

A insegurança dos agentes econômicos foi justificada, já que são grandes os riscos de se tentar a liberação e unificação do câmbio em um ambiente ainda instável economicamente. Em um primeiro momento, a queda ou eliminação do ágio entre as cotações do paralelo, flutuante e comercial, além de exigirem uma complexa gama de regulamentações por parte do Banco Central e uma posterior adaptação do Sistema Financeiro, não eliminariam os riscos do aumento da demanda pelo dólar.

Vale lembrar que a revisão constitucional é fundamental para a equalização sustentada das contas públicas e que os embates políticos travados entre o Governo, o PMDB e, mais tarde, o PDT, geram apreensão quanto à viabilidade de que seja posta em prática a partir de outubro. O anúncio do ministro Fernando Henrique de que derrubaria a inflação em uma só tacada, sem a devida reestruturação das contas públicas, aumenta o clima de insegurança, na medida em que sugere a possibilidade de um novo choque na economia.

Demanda — Caso houvesse aumento da demanda pelo dólar, o Banco Central acabaria tendo que comprometer parte das reservas para evitar uma alta mais expressiva da moeda norte-ame-

ricana. Uma segunda forma de o Governo evitar o aumento da demanda pelo dólar seria via taxas de juros. Na primeira metade da última semana, apesar de o mercado futuro de IGP-M estimar para setembro uma inflação menor do que a inicialmente prevista, o BC elevou substancialmente as taxas de juros praticadas no over, reflexo sobre todo o mercado de renda fixa, gerando um forte clima de indefinição.

Desta vez, os boatos se direcionaram para a possibilidade de o Banco Central estar promovendo nos mercados monetário e cambial uma política coordenada que precederia medidas mais radicais no câmbio no curto prazo, como havia anunciado o ministro Fernando Henrique. Mais tarde, o diretor da Área Internacional do Banco Central, Gustavo Franco, esclareceu a questão, afirmando que a unificação do câmbio só virá no médio prazo, dependendo de ajustes regulatórios e da estabilidade da economia.

Projeções — Na segunda metade da semana, o BC manteve a sinalização de alta dos juros. Desta vez, porém, foi seguido por uma reavaliação de comportamento dos preços no mercado futuro de IGP-M, que, em apenas três dias, sofreu um aumento de quase um ponto percentual nas projeções para a inflação de setembro. Na última sexta-feira, considerando-se as projeções das taxas de juros (BBC) e da inflação para setembro, o mercado estimava um patamar de 1,2 por cento para os juros reais no mês.